

Apontamentos sobre práticas e representações em relação ao enterro de mortos-vivos na segunda metade do século XVIII

Notes on practices and representations regarding the burial of undead in the second half of the eighteenth century

Márcia Maria de Medeiros

*Doutora em Letras
Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
maeve35@hotmail.com*

Tânia Regina Zimmermann

*Doutora em História
Professora da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
taniazimmermann@gmail.com*

Resumo: A partir de um estudo bibliográfico advindo, sobretudo da literatura alemã e francesa, propomos algumas discussões sobre algumas mudanças na percepção da morte e dos mortos-vivos no século XVIII em alguns países europeus, principalmente a Alemanha, França e Inglaterra. A ciência médica empenhou-se ativamente para dirimir o pânico do enterro de mortos-vivos cujas situações eram dadas a conhecer desde a antiguidade. Os cuidados propalados pela medicina e por pensadores iluministas daquele período em relação aos mortos-vivos mostram uma alteração no modo de pensar e nas formas de comportamento entre os seres humanos, sendo que aos poucos a sociedade ocidental começa a tratar o morto como um objeto até a contemporaneidade.

Palavras Chaves: Mortos-Vivos, Medicina, Sociedade Ocidental

Abstract: From a bibliographical study arising, especially the German and French literature, we propose some discussions about some changes in the perception of death and the undead in XVIII century in some European countries, mainly Germany, French and England. Medical science has engaged actively to resolve burial panic of undead whose situations were made known since antiquity. Care touted by medicine and Enlightenment thinkers of the period for the undead show a change in thinking and ways of behavior among humans, and the few Western society begins to treat the dead as an object to contemporaneity.

Keywords: Undead, Medicine, Western Society.

A pesquisa sobre sentimentos e sensibilidades na história circunscreve de sobremaneira um conjunto de estudos contemporâneos. Em muitas práticas historiográficas recentes compreendia-se que as mudanças históricas em relação às subjetividades¹ eram frutos de técnicas, ideias e práticas orientadas pela razão. Ao discutir as relações interpessoais e seus afetos anelantes havia um despreendimento da vida privada e das emoções, cujas práticas cotidianas eram de pouca ou nenhuma utilidade para explicar as energias que inspiravam as ações coletivas e que moviam também atitudes em campos como, por exemplo, a ciência e a política.

Entre essas ações coletivas pode também se inserir o fenômeno que envolve a morte e o morrer. Diante desse pressuposto seria pertinente questionar qual o motivo de estudar esse processo. A resposta a essa questão é significativa: estudar a morte permite compreender uma parte importante do comportamento social, pois a postura que a sociedade apresenta em relação à morte revela também práticas sociais perante a vida. Sendo assim, a história da morte assume uma especificidade na academia, na qual pesquisadores interessados nas atitudes coletivas se embrenharam no estudo de ações, sentimentos e emoções.

Michel Vovelle em seus estudos observava que as mentalidades na história poderiam ser reveladoras de novas atitudes na aventura humana:

[...] a história das atitudes coletivas que agora está em pleno desenvolvimento. Ela tem seus campos de atuação: a história das atitudes diante da vida, a história da estrutura da família, a morte. Esses de certa forma são os campos da mesma pesquisa. A história da morte conserva, nessa rede complexa, um valor exemplar e específico. Na aventura dos homens, eis uma invariável ideal e essencial. É uma invariável muito relativa, aliás, porque a relação dos homens com a morte mudou, o modo como ela os atinge também; mas a conclusão permanece a mesma: é a morte (VOVELLE, 1996b: 11).

O estudo de fontes que remetem as ações em relação ao corpo dos mortos e as práticas fúnebres nos permite encontrar alguns sentimentos que os homens e mulheres tinham diante desse acontecimento peculiar, porém existente na maioria das culturas.

¹É fruto de vários elementos sociais vivenciado pelos indivíduos em suas existências particulares e coletivas. Para Foucault, a palavra pode ser entendida como a maneira pela qual o sujeito faz a experiência de si mesmo num jogo de verdade, no qual ele se relaciona consigo mesmo (FOUCAULT, 2004: 236).

Ariès em seus escritos sobre o tema observou os sentimentos que os vivos evocavam em relação aos mortos, bem como às atitudes em relação aos mortos e ao fenômeno da morte propriamente dita. Segundo Ariès, no medievo foi possível perceber uma certa familiaridade com práticas na Antiguidade Clássica: “(...) túmulos de família construídos em domínios privados, ou cemitérios coletivos, possuídos e geridos por associações que talvez tenham fornecido aos primeiros cristãos o modelo legal de suas comunidades” (ARIÈS, 1989: 35).

A veneração das sepulturas também se dava pelo temor do retorno dos mortos, e assim os cultos fúnebres com constância intencionavam o impedimento do regresso destes para não perturbar os vivos. Destarte, os mortos tinham um local de descanso distante dos vivos.

Os mortos não mais deviam envenenar os vivos, e os vivos deviam testemunhar aos mortos, através de um verdadeiro culto leigo, sua veneração. Os túmulos tornavam-se o signo de sua presença além da morte. Uma presença que não suponha necessariamente a imortalidade das religiões de salvação, como o Cristianismo. Era uma resposta à afeição dos sobreviventes e à sua recente repugnância em aceitar o desaparecimento do ente querido. Apegavam-se a seus restos (ARIÈS, 2003: 74).

Esse temor com relação aos mortos procurando mantê-los a uma certa distância, também tinha uma proximidade com as histórias dos enterros de mortos-vivos. Por isso, as vivências/experiências de mulheres e homens em práticas humanas relacionadas aos mortos são reveladoras de intersubjetividades e sentimentos no passado, a exemplo do medo e pânico coletivo. A partir dessas práticas, é possível propor uma reflexão sobre representações² que povoaram práticas discursivas³ sobre o medo do enterro de

² Esse conceito é assim percebido: como se configuram determinadas realidades socioculturais a partir de diferentes sujeitos, em distintos lugares, momentos históricos e interesses.

³No decorrer da pesquisa optamos por utilizar noções de discurso e de práticas discursivas seguindo a proposta de Michel Foucault na obra *Arqueologia do saber*. Discurso é um espaço de exterioridade em que se desenvolve uma rede de lugares distintos; conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação; é assim que se pode falar do discurso clínico, do discurso econômico, do discurso da história natural, do discurso psiquiátrico (2000: 124). As práticas discursivas como um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiriam, em uma dada época e para uma determinada área social, econômica, geográfica ou linguística, as condições de exercício da função enunciativa (2000: 136). Estas práticas possuem regras próprias estabelecendo relações para que certos objetos apareçam e se fale deles. “[...] não se pode falar de qualquer coisa em qualquer época” (FOUCAULT, 2000: 44).

vivos na segunda metade do século XVIII, especialmente em alguns países europeus como a França, Inglaterra e Alemanha.

Pesquisadores como Philippe Ariès, Michel Vovelle, Norbert Elias e Johannes Wimmer, entendiam que a estreita relação entre biologia e cultura deveria ser repensada a partir de temas como as representações sobre a morte e os mortos. Ir além da demografia tornava-se um desafio para esses autores. Ariès acreditava que existia uma relação entre a morte e as mudanças na percepção de si e, principalmente o olhar sobre outros humanos, além dos novos sentidos atribuídos à trajetória individual. Ao partir dessa premissa, esse autor entendia que seria possível pesquisar algumas mudanças nas representações e sentimentos sobre os mortos e a morte, principalmente após a segunda metade do século XVIII.

No último capítulo da obra *História da morte no Ocidente*, Elias apresenta a problemática do medo coletivo em relação ao enterro de pessoas consideradas mortas, mas ainda com possibilidades de reviver. Histórias sobre estas representações foram encontradas na Grécia Antiga e na Idade Média o tema retorna, envolvido pela atmosfera de um ambiente pleno de ações envolvendo o fantástico e a bruxaria. Apenas no século XVIII, o tema é problematizado por parte da população e da ciência médica devido à insegurança em relação à certeza da morte de um indivíduo e então algumas medidas serão exigidas.

O conceito de morte aparente, ou seja, o estado de imobilidade absoluta confundível com a morte verdadeira já era conhecido pelos gregos antigos. Mas, a partir da segunda metade do século XVIII afloram à mentalidade coletiva novas configurações sobre a morte e o morto e com ela o medo maior do enterro de mortos vivos. Até então era um tema mais presente em mitos, na literatura fantástica e em algumas crenças populares. Na literatura o tema é presente desde a Antiguidade representado pela Lâmia⁴ enquanto que na Idade Média surge na forma do *succubus*⁵. Também mantém a sua existência em tratados de bruxaria e nas crenças relacionadas aos vampiros que circulavam pela região eslava desde o século XVII.

⁴Segundo Manfred Lurker a Lâmia é um “espírito vampiresco que rapta crianças pequenas e suga o sangue das pessoas figurou em crenças populares na Grécia antiga e persiste na Grécia moderna. É semelhante aos Lêmures romanos” (LURKER, 1993: 119). Sobre os Lêmures, o mesmo autor afirma que estes representam “os espíritos mais dos mortos que vagueavam como espectros noturnos” (LURKER, 1993: 121).

⁵Em lendas medievais, um *succubus* é um demônio que toma a forma de uma mulher bonita para seduzir homens em sonhos, a fim de ter relações sexuais. Este demônio usa os homens para sustentarem-se de sua energia, por vezes até ao ponto de exaustão ou morte da vítima.

Na ciência médica do século XVIII utilizava-se para o fenômeno da morte aparente, os termos greco-latinos como *Assphyxia*, *Liposychia* ou *Syncope* e também a palavra alemã *Ohnmacht* (impotência). Um dos primeiros empregos da palavra morte aparente na medicina foi utilizada pelo médico Johann C. F. Schreff em 1787 (KOCH, 1990: 23).

Para Ariès, a representação do medo dessa morte em documento escrito esteve presente pela primeira vez no testamento de um estudante (1990). Esse documento data do ano de 1662, no qual o jovem solicita que seu corpo não seja enterrado antes de 36 horas após a comprovação de sua morte.

Esse tempo de espera foi uma das principais medidas utilizadas em países europeus e a que mais se propagou mediante esse medo, ou seja, se assegurar de um tempo maior antes do enterro fúnebre, dando origem ao que contemporaneamente é chamado de velório, ou seja, ao ato de vigiar o morto. No período do século XVII, a vigília era proposta com esse exato sentido: aguardar por parte do cadáver algum sinal de vida, evitando assim o enterro de alguém que ainda estivesse vivo. De modo geral, recomendava-se 24 horas até o enterro, mas esse período podia ser estendido.

Outra medida consistia no esfolamento ou aplicação de ventosas. Tal prática observava um preceito que envolvia a manifestação de dor por parte suposto morto, e a verificação da existência de sangramento, pois o corpo morto não apresenta essa possibilidade. Essa era uma medida menos utilizada, dado o fato de que preconizava a profanação do cadáver, mas tornou-se mais frequente no final do século XVIII.

Ainda no final do século XVIII, médicos dispunham em testamentos da permissão de seus pacientes para retirada um pedaço do coração objetivando assegurar a morte de alguém já dado como morto. Segundo Tancred Koch, muitos médicos daquele período guardavam em seus estojos uma espécie de estilete para cortar no coração do cadáver (KOCH, 1990: 57). O fato de muitas pessoas deixarem em testamento que talvez preferissem morrer por meio da perfuração do coração por um estilete demonstrava o medo de ser enterrado vivo.

Ariès coloca que esse tema, o qual inspirou a arte do período entre os séculos XVII e XVIII, invadiu a vida cotidiana a tal ponto que a ideia despertava uma espécie de “pânico universal” expresso na possibilidade de que alguém pudesse ser enterrado vivo e despertar no fundo de um túmulo (ARIÈS, 1990: 431).

Conforme Martin Patak, o medo do enterro de alguma pessoa viva tornou-se um problema para a ciência médica no século XVIII. O conceito do morto-vivo

desenvolveu-se com maior acuidade naquele século e era mais problematizado nas seguintes situações: afogamento, quando o morto fora atingido por um raio, bebês prematuros, congelamento, engasgamento, enforcamento, estrangulamento e em acidentes com grande perda de sangue (PATAK, 1967: 11).

Esse temor carrega em si uma marca oriunda da antiguidade na qual o morto-vivo já havia se tornado uma representação amedrontadora. Filósofos e pesquisadores como Hipócrates, Platão, Plutarco e Galeno observaram casos de mortos enterrados vivos. Na antiguidade, os romanos tinham o costume, antes da cremação do corpo, cortar um pequeno pedaço de um dedo na tentativa de encontrar algum sinal de vida. Somente no século XVIII houve uma preocupação da medicina e das ciências naturais em definir os critérios científicos para estabelecer a morte de alguém (PATAK, 1967: 50).

Segundo Patak (1967: 25) houve uma tendência entre os iluministas em ver a morte e o além como um problema menor. Para esses, o sentido da existência estava na produtividade e nas boas virtudes. A própria morte não deveria ser algo de reflexão e sim reprimida na consciência. Muitas pessoas preferiam buscar a representação da própria morte na ficção como o teatro, a literatura e no folclore como uma espécie de fuga (PATAK, 1967: 58).

Para Jacques Choron (1985: 143) no século XVIII houve uma intensa ocupação com as questões da morte em uma perspectiva humanista. A crença na possibilidade do prolongamento da vida direcionava a morte como apenas uma parte da vida. Acreditava-se que seria possível aprender a morrer e a morte não deveria mais amedrontar os vivos. Segundo Choron, para David Hume, o fato de temer a morte demonstrava que com ela tudo terminava e era preciso superar as representações amedrontadoras sobre os mortos-vivos (1985: 144).

Otto Döhner também observou as mudanças socioculturais na história em relação às representações sobre os mortos e da morte no século XVIII. Como fontes para tais constatações se valeu dos escritos de religiosos na ocasião dos enterros. O autor observa que esses discursos estavam relacionados às pessoas das classes abastadas e que viviam nas cidades (1986: 11). O autor também retrata um fato inerente ao tempo: as pessoas velhas eram integradas na vida social e os discursos sobre a sua morte não eram percebidas como decorrentes de alguma doença e sim como algo advindo da biologia na velhice.

Norbert Elias se refere a esse assunto pontuando que a sociedade de então tinha uma referência organizacional diferente, de caráter mais gregário, e que se estendia até o momento da morte, pois “(...) a maioria das pessoas morria na presença de outras apenas porque estavam menos acostumadas a viver e estar sós. Não havia muitos cômodos onde uma pessoa pudesse ficar só” (ELIAS, 2001: 87).

Para Döhner foram significativas as mudanças em relação à longevidade a partir do século XIX, as quais apontam para as principais causas de morte nesse período. Antes do processo da industrialização alemã no século XIX, a expectativa de vida girava em torno de 30 anos. As doenças infecciosas eram as principais causas da mortalidade infantil e de adultos. Era sobre esses grupos que grande parte dos olhares médicos dirigiam seus conhecimentos (1986: 31). Para esse autor, as questões sobre a morte incidiam sobre a competência da medicina no século XVIII, pois desses conhecimentos dependiam a diminuição de doenças e mortes entre crianças e jovens e posteriormente sobre as doenças na velhice (1986: 89).

Por volta de 1790, as questões relacionadas aos mortos-vivos tornaram-se um ponto de discussão frequente na medicina, que tinha como objetivo eliminar o medo imposto pela condição de morte aparente. Neste sentido produziu-se uma literatura médica especializada com a perspectiva de novos olhares sobre o tema. Em 1790 também foram publicados estudos médicos específicos sobre o restabelecimento de pessoas em situações de afogamento e de enforcamento (DÖHNER, 1986: 95)

A tônica de todas essas obras seguia na mesma direção: retomar os dados antigos que falavam sobre a questão dos mortos-vivos com toda a sua temerária conjuntura a qual incluía desde gritos ouvidos das profundezas dos túmulos até mortos que se revolviam em seus caixões, e reinterpretá-los a luz do que se sabia até o momento em relação à morte aparente.

Segundo Patak, uma das obras que registrou o início dos estudos sobre o enterro de mortos-vivos foi de autoria de Giovani Maria Lancisi (1654-1720), intitulada *De subitaneismortibus* e publicada em 1709. Lancisi se voltava para estudos de anatomia, medicina prática e higiene e em seus escritos deixa entrever que os casos de mortos-vivos não eram tão raros. Ele mesmo havia presenciado uma situação na qual o morto durante o seu enterro havia levantado de seu caixão (PATAK, 1967: 38).

No ano de 1742, Jacques Jean Bruhier também publicava suas obras, nas quais descrevia vários casos de enterro de mortos-vivos. Os casos descritos por este autor contribuíram para tornar público os perigos desta prática. Segundo Patak, Bruhier narra

a história relativa ao enterro de uma mulher em uma pequena cidade chamada Cadillac, próxima a Bordeaux na França (PATAK, 1967: 39). Na noite posterior ao dia de seu sepultamento, um sacristão que perambulava no cemitério ouviu gemidos e se aproximou da cova daquela mulher. Ele dirigiu-se ao pastor da comunidade para comunicar o fato, e este acreditou se tratar de mera fantasia do sacristão, que, tomado pela memória dos barulhos no cemitério decide ir novamente até lá e ao abrir o caixão encontrou a mulher viva. Ela estava sem um braço e havia comido a mão, pois se acreditava que deveria estar faminta no primeiro dia após o seu enterro (PATAK, 1967: 32).

O estilo de Bruhier era popular e ele pretendia que a população entendesse facilmente os seus escritos. Como solução para o problema do sepultamento de pessoas vivas, ele recomendava um período mais longo até o enterro, ou seja, até o início do processo de putrefação do cadáver. Nessa questão ele contava com o apoio de outros colegas de profissão.

No ano de 1740 desenvolveu-se em Paris uma pesquisa realizada pelo anatomista Jakob Benignus Winslow sobre as inseguranças em relação ao enterro de mortos-vivos. Ele próprio havia sido por duas vezes um morto-vivo durante sua infância e juventude e criticou a atuação da igreja em relação à pressa em executar os enterros (PATAK, 1967: 34).

Na segunda metade do século XVIII multiplicam-se as publicações sobre o tema pela medicina iluminista como, por exemplo, a obra de Christoph Willem Hufeland (1762-1836) intitulada *De usus vis electricae in asphyxia*. Também Franz Anton Mai (1742-1814) publicou em 1784 o texto *VorschriftwieerfroreneunderstarrteMenschen zum behandelnsind*. Neste período considerou-se muito importante a obra de Johann Peter Frank publicada em 1786, *System einervollstandigreformiertPolizei*. Nessa obra Frank advogava reformas na medicina e no despotismo. Ele havia influenciado o imperador Joseph II da Áustria e os cameralistas na Alemanha em reformas políticas.

Frank definia os mortos-vivos da seguinte maneira: O morto-vivo é, de sobremaneira, a imagem de uma morte oculta que não se caracteriza pelo calor corporal, pela respiração, pelos batimentos cardíacos ou de algum tipo de movimento ou qualquer outro sinal de vida. É possível a existência da paralisação dos sinais vitais do corpo por curto ou um prazo maior (ACKERMANN, 1805: 51-52).

Ackermann em sua obra de 1808 denominada *Der Scheintod und das Rettungsverfahren* apresenta uma série de medidas para diagnosticar um morto-vivo assim como as possibilidades e condições para o retorno das atividades corporais.

O médico Christian Gottfried Gruners também dedicou-se nesse diagnóstico e ao enterro rápido de pessoas dadas como mortas na obra *Allmanach fur Artze und Nichtartze auf das Jahr*, de 1790. No mesmo sentido, Hufeland escreveu em 1792 na cidade de Weimar a obra *Unwissheit des Todes*. No ano seguinte é construída naquela cidade uma espécie de depósito do corpo. Um dos modelos constituía-se de uma pequena construção coberta com um pavimento acima do chão para deixar o corpo e geralmente afastado das casas (PATAK: 49). Segundo Ariès, esse projeto não teve adesão na França, mas na Alemanha erigiu-se o mesmo em Weimar (1792) em Berlin (1797) e em Munique (1818) (ARIÉS, 1982: 511).

De acordo com Patak, médicos no final do século XVIII procuraram estudar de forma sistemática o percurso entre a vida e a morte estabelecendo os seguintes estágios intermediários: não há mais a asfixia e trata-se de uma possível parada do pulso e da respiração; uma ressurreição é possível; há ainda um provável suspiro de vida, mas o organismo foi muito afetado e não pode mais prolongar as suas funções; uma ressurreição é quase impossível; e com o apodrecimento do corpo evidencia-se a morte.

Na Inglaterra em 1774 foi fundada a *Royal Humane Society*, uma das maiores entidades do gênero. Seus membros se ocuparam em estabelecer métodos para salvar vidas. Os princípios gerais para a ressurreição de mortos envolviam os seguintes pontos: aquecimento do corpo, respiração artificial, estimulação corporal e execução do esvaziamento.

Essa sociedade criou em 1775 uma caixa de primeiros socorros que imediatamente foi utilizada em países do continente europeu. Nessa caixa havia diferentes tipos de medicamentos utilizados na época como, por exemplo, o acetato concentrado e a tintura de ópio. A *Royal Humane Society* oferecia prêmios em forma de dinheiro e medalhas aos profissionais médicos que conseguiam ressuscitar alguma pessoa dada como morta (PATAK, 1967: 16).

Uma outra importante sociedade de socorro de mortos-vivos foi fundada em Amsterdã no ano de 1767 e foi considerada modelo para demais instituições na Europa e mais tarde na América do Norte. A criação de várias dessas instituições que objetivavam ressuscitar os considerados mortos-vivos demonstra também, nesse período, o medo que havia naquelas sociedades do enterro de pessoas vivas. Nesse

processo também se percebem novas representações sobre a morte e os mortos e, através do sentimento de comoção se atribui maior significância aos mortos-vivos. O medo até então construído em torno desse enterro tem maior relevo visando uma luta contra o destino de um enterro de pessoas vivas (PATAK, 1967: 8).

Os textos médicos publicados na época, associados à criação das sociedades de ressuscitação mostram um aspecto interessante da mentalidade daquele momento histórico: em primeiro lugar, deixam claro que o caráter essencial do sentimento provocado pela morte aparente é o medo (ARIÈS, 1990).

Em segundo lugar, demonstram que a sociedade médica desse momento questionava algumas aliterações realizadas pela Igreja primava pelo retorno de algumas práticas que poderiam evitar o enterro precipitado como, por exemplo, a execução da chamada *conclamatio*, quando o nome do presumido morto era chamado por três vezes (ARIÈS, 1990). Esse tipo de prática tinha sido abandonada pela Igreja, que teve de arcar com acusações devidas ao fato de que aparentemente, ela tinha pressa em se livrar dos corpos mortos.

Nesse contexto, a morte no pensamento do Cristianismo era um momento de passagem, que ligava este mundo ao além. Aos olhos da igreja católica, o que poderia ser mais preocupante, era a morte da alma. Com a morte havia a extinção do corpo e, com isso, a alma se libertaria de seu invólucro carnal para finalmente ligar-se ao reino de Deus. As atitudes religiosas tendiam a silenciar estas histórias de enterro com pessoas possivelmente vivas. Porém, a ressonância maior em torno da preocupação do enterro de vivos ocorreu através da divulgação de obras de médicos no período iluminista. Mas esses escritos só tiveram repercussão porque parte da população já estava esclarecida em relação ao tema (PATAK, 1967: 37).

Essa onda de medo do enterro de mortos-vivos também tem uma relação com o pensamento iluminista conforme advoga Patak (1967: 39), ou seja, o enfoque em torno da liberdade e o significado atribuído ao valor da pessoa ganham força em relação ao conceito de filantropia. O desenvolvimento científico também corrobora para o surgimento de novos olhares sobre a existência, ou seja, acreditava-se que além da personalidade existiam outras identificações com as pessoas enquanto seres humanos. Os sentimentos de humanidade e filantropia crescem em importância.

A mentalidade do período iluminista preconizava que as pessoas deveriam viver cada fase da vida. O iluminista se concentrava na vida mundana. A imaginação em

torno de uma morte por enforcamento em meio à decomposição era algo tão temido como o inferno durante a Idade Média (PATAK, 1967: 72).

Para Patak, o desenvolvimento de medidas profiláticas em torno da morte ocorre não apenas pelo medo do enterro de mortos-vivos, mas também no próprio período histórico. Os ensinamentos dos cameralistas enquanto teoria política e econômica alemã insistiam em práticas salubres tanto em relação às questões materiais e quanto as espirituais. Nada era pior do que o desperdício e esbanjamento. Para os cameralistas era preciso reforçar que a população era fonte inesgotável de riqueza e poder e desde então se desenvolvem os conceitos de assistencialismo e bem-estar e isso indicia a preocupação da medicina com os mortos-vivos (PATAK, 1967: 61-62).

As consequências das medidas para ressuscitar pessoas dadas como morta também levou ao desenvolvimento da higiene médica e no cotidiano, ou seja, desenvolveram-se os fundamentos da saúde pública, além de que, esse mesmo período assistiu ao traslado do cemitério para fora das cidades, bem como a proibição da realização de inumações no interior das igrejas (PATAK, 1967: 73).

Nesse período foram criadas diversas medidas para coibir o perigo do enterro de vivos e estas eram algumas das principais atividades sugeridas: a criação de locais especiais e confortáveis para manter o corpo de uma pessoa morta visando uma eventual possibilidade de ressuscitar; utilizar diferentes sessões de métodos de ressuscitação; certificar-se da morte de uma pessoa através de consulta clínica e observações sobre possíveis alterações pós-morte e em caso de dúvida esperar o apodrecimento do corpo (PATAK, 1967: 73).

Em relação ao tema havia muitos outros projetos e ideias, mas que em grande parte eram irrealizáveis como, por exemplo, as medidas propostas pelo pastor da cidade de Gera, Alemanha, qual seja, deixar uma parte aberta na cova, no local da cabeça do morto e esperar por sete dias para lacrar o túmulo (PATAK, 1967: 68).

No século XVIII foi notável uma preocupação maior, principalmente na Europa, em relação ao enterro de mortos-vivos e conseqüentemente o desenvolvimento de várias medidas para tentar ressuscitar algumas pessoas consideradas mortas. O conceito em torno da morte também mudou neste período, pois muitas questões éticas e morais na medicina voltavam-se para salvar a vida das pessoas.

Evidencia-se que a partir desse momento inaugurou-se uma nova percepção e representação sobre o fenômeno da morte que se até então parecia fazer parte de um *status* inerente a condição humana dentro do conjunto biológico do qual ela faz parte,

passou a ser vista como uma condição que deveria ser estudada de forma científica visando evitar tragédias como o enterro dos mortos-vivos. Estava posta nessa ação, o medo que o ser humano possuía da morte e que ele carregava intrínseco a sua forma de ver o mundo e de ser no mundo até a contemporaneidade.

Considerações finais

Por quase dois séculos na história da Europa cristã, as representações sobre a morte pouco se alteraram. A morte tinha um forte significado social, pois se desenvolvera uma sensibilidade em torno dos moribundos e dos mortos. A morte era aceita como a última fase da vida, aquela que antecederia a vida eterna no além quer seja no inferno ou no paraíso.

Desde a metade do século XVIII produziram-se na literatura médica novas representações em relação à morte e estas estavam relacionadas aos conhecimentos sobre o desenvolvimento humano devido as novas tecnologias, os progressos na medicina e demais ciências, novas propostas políticas, morais, filosóficas e demográficas, etc.

Esse período foi considerado por Ariès como de “crescimento racional, do progresso da ciência e de suas aplicações técnicas, da fé no progresso e o seu triunfo sobre a natureza” (1982: 664), e assim as questões com relação à morte se concentravam no medo e pânico de ser enterrado vivo. Segundo esses conhecimentos, o corpo de uma pessoa morta excrementa, crescem unhas e cabelos e, portanto, corria-se o risco de enterrar os chamados mortos-vivos. Com esses novos olhares sobre o morto, as explicações religiosas perdiam credibilidade, pois haviam questionamentos sobre a morte efetiva do corpo. Daí novas atitudes religiosas nos atos fúnebres religiosos como um tempo maior para as celebrações póstumas.

Os novos olhares em relação à morte fizeram com que a bruxaria, os feitiços e o demônio não amedrontassem mais, mas novos perigos rondavam a Europa cristã, como por exemplo, o medo do enterro de mortos-vivos. Médicos do período e instituições procuravam expurgar esse medo, mas as certezas demorariam mais um século para se firmar sobre o conceito de uma morte efetiva.

Os embates com as instituições religiosas em relação ao culto dos mortos também eram verificados, pois na medicina de então era necessário um tempo de espera

maior para um enterro, além de observar o corpo e adotar algumas medidas, além de construir locais específicos para deixar os corpos de mortos-vivos na espera de algum suspiro de vida.

Dada a conjuntura inaugurada diante dessa nova maneira de pensar a morte, pode-se afirmar que esse momento trouxe consigo uma situação em que a história dos mortos é colocada em segundo plano em relação à morte, ou dito de outra forma, o morto perde o *status* de sujeito capaz de possuir relações sociais com os vivos como anteriormente se estabelecia dentro do universo da mentalidade medieval.

O tempo começa a abandonar a premissa dos mortos enquanto classe e categoria, pois eles não chegam a existir como tal. Assim, aos poucos, vai se perdendo a familiaridade com a morte e o morto começa a ser afastado do universo dos vivos, fato que pode ser comprovado a partir da instituição das normas sanitárias: ter um enterro ou um lugar no cemitério não é mais um direito é uma obrigação, cujo objetivo é proteger os vivos dos mortos.

Os cuidados propalados pela medicina do período em relação aos mortos-vivos mostram uma alteração profunda no modo de pensar e nas formas de comportamento entre os seres humanos, sendo que aos poucos a sociedade ocidental começa a tratar o morto como um objeto, em uma lógica que se estende até a contemporaneidade.

Fontes

ACKERMANN, Jacob F. (1804). *Der Scheintod und das Rettungsverfahren*. Frankfurt am Main: Andreae.

Referências bibliográficas

- ARIÈS, Philippe (1976). *Geschichte des todes*. HanserVerlag: Munchen, Wien, 1976.
- _____. (2003). *História da morte no Ocidente*. Trad. Priscila Vaina de Siqueira. Rio de Janeiro: Ediouro.
- _____. (1982). *Bilder zur geschichte des todes*. Hanser Verlag, Munchen, Wien.
- _____. (1989). *Einsonntagshistoriker: Philippe Arièsübersich*. Hain: Frankfurt am Main.
- _____. (1990). *O homem diante da morte*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- BAUER, A. (1990). *Die wiederbelebung der scheintodkrankenhausartz*. vol. 6,n. 64, pp. 347-350.
- CHORON, Jacques (1967). *Der todin abenlandischendenken*. Ernst Klett Verlag: Stuttgart.

- DA MATTA, Roberto (1985). *Morte: a morte nas sociedades relacionais. Reflexões a partir do caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense.
- DÖHNER, Otto (1986). *Kranksheitbegriff, gesundheitsverhalten und eisntellungzumtodim 16. bis 18. Jahrhundert*. Frankfurt am Main, Bern: Lang.
- ELIAS, Norbert (1982). *Über die einsamkeitder sterbendenin unserenTagen*. Suhrkamp Verlag: Frankfurt am Main.
- ELIAS, Norbert (2001). *A solidão dos moribundos, seguido de, envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- FOUCAULT, Michel (2000). *Arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel. (2004) A Ética do Cuidado de Si como Prática da Liberdade. In: MOTTA, M. B. da (org.). *Coleção Ditos e Escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- KOCH, Tancred (1990). *Lebendigbegraben: geschichte und geschichtenvon scheintod*. Edition: Leipzig.
- LURKER, Manfred (1993). *Dicionário dos deuses e demônios*. São Paulo: Martins Fontes.
- MOTTA, M. B. da (Org.) (2004). *Coleção ditos e escritos V*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004.
- PATAK, Martin (1967). *Die angst vor den scheintodin der hälftedes 18jahrhunderts*. Juris DruckVerlag: Zurick.
- SCHULZE, Winfried (1991). *Einführung in die neueregeschichte*. Ulmer Verlag: Stuttgart.
- VOVELLE, Michel (1996a). *Der mensch der aufklärung*. Campus Verlag: Frankfurt-New York.
- _____ (1996b). A história dos homens no espelho da morte. In: BRAET, Herman & WERNER, Verbeke (Org.). *A morte na Idade Média*. São Paulo: USP, pp. 11-26.
- WIMMER, Johannes. *Gesundheit, krankheitund todimzeitalterder aufklärung*.

Artigo recebido em 01 de março de 2016.

Aprovado em 25 de março de 2016.

DOI: 10.12957/intellectus.2016.21844